



COMISSÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Audiência Pública
Projeto de Lei 2338/2023

DANTE CID

Presidente do SNEL

IA e o Setor Criativo Brasileiro

- Plataformas de IA requerem informações de qualidade para serem desenvolvidas adequadamente
- Esta qualidade advém da criatividade e labor humanos, refletidos em obras literárias, musicais, audiovisuais e outras, que compõem a riqueza da produção cultural brasileira
- O uso não licenciado destes recursos constitui enorme risco ao setor criativo brasileiro
- Diversas empresas de IA já vêm buscando editoras para licenciar o acesso às obras, o que comprova a noção de que não só é viável mas, acima de tudo, necessário legalizar este acesso

Sistemas de IA Generativa

Input (Entrada)



Conjunto massivo de dados oriundos de:

- Mineração de dados e textos:
- Livros
- Jornais
- Música
- Audiovisual



Prompt
(Usuário)

Output (Saída)



Criação gerada por IA pode portanto conter

- Derivação
- Reprodução
- Plágio

Projeto de Lei 2338/2023 – Capítulo X, Seção IV

Artigo do PL 2338/2023 que precisa ser excluído:

Art. 63. “Não constitui ofensa aos direitos de autor e conexos a **utilização automatizada** de conteúdos protegidos em processos de mineração de textos e dados para os fins de pesquisa e desenvolvimento de sistemas de IA **por organizações e instituições científicas, de pesquisa e educacionais, museus, arquivos públicos e bibliotecas**, desde que observadas as seguintes condições:” (grifos nossos)

Justificativas:

- Este artigo **desrespeita** a regra dos 3 (três) passos contida no art. 9.2, da Convenção de Berna e no art. 13 do Acordo TRIPS (tratados internacionais com *status* constitucional – art. 5º, §2º, CF), devido ao risco de uso derivado dos resultados por empresas de IA no futuro.



abrelivros



Projeto de Lei 2338/2023 – Capítulo X, Seção IV

Justificativas:

- A cláusula de Mineração de Dados da legislação europeia foi criada quando ainda não havia IA Generativa
- Como o Brasil está legislando durante a já existência da IA Generativa, criar uma exceção para Mineração de Dados torna-se redundante e, portanto, gera insegurança jurídica, fato já ocorrendo na Europa: vide caso LAION, onde instituto fez Mineração de Dados sem licença alegando pesquisa e derivou dados que concorrem com as obras originais

Muito Obrigado

abrelivros.org.br

cbl.org.br

snel.org.br

ANEXOS

Projeto de Lei 2338/2023 – Capítulo X, Seção IV

O art. 63 do PL 2338/2023 **desrespeita** a regra dos 3 (três) passos da Convenção de Berna e do Acordo TRIPS na medida em que:

(1) A exceção proposta **não se restringe a certos casos especiais**. Ao contrário, permite usos generalizados e em larga escala.

Os amplos usos (“utilização automatizada”) previstos permitem a diversas categorias de beneficiários (“por organizações e instituições científicas, de pesquisa e educacionais, museus, arquivos públicos e bibliotecas”) utilizar sem autorização conteúdos protegidos por direitos de autor não só para quaisquer fins de treinamento de sistemas de inteligência artificial, como também em quaisquer processos produtivos destes sistemas.

O artigo permite usos que vão muito além da reprodução de obras protegidas sem autorização, afetando os direitos exclusivos de distribuição, adaptação, comunicação pública e colocação à disposição – direitos que não são necessários aos fins pretendidos de incentivar a pesquisa.



abrelivros



Projeto de Lei 2338/2023 – Capítulo X, Seção IV

O art. 63 do PL 2338/2023 **desrespeita** a regra dos 3 (três) passos da Convenção de Berna e do Acordo TRIPS na medida em que:

(2) **Afeta a exploração normal das obras criadas.** Ao criar uma exceção sem suporte no mercado ou em necessidades reais (dada a ausência de um estudo de impacto para demonstrar a sua real necessidade), com esta amplitude, o PL acaba por exterminar qualquer possibilidade de se desenvolver um relevante mercado de licenças no Brasil para treinamento de sistemas de IA.

Projeto de Lei 2338/2023 – Capítulo X, Seção IV

O art. 63 do PL 2338/2023 **desrespeita** a regra dos 3 (três) passos da Convenção de Berna e do Acordo TRIPS na medida em que:

(3) **Causa prejuízo injustificado aos interesses legítimos dos titulares de direitos**, porque os impede de licenciar qualquer uso necessário para inteligência artificial e, ao não estabelecer quaisquer critérios de aplicação, expõe as obras protegidas a riscos de serem usadas para produzir conteúdos de inteligência artificial em plágio ou infração de direitos de autor. Este é o resultado da exceção permitir usos amplos (“utilização automatizada”) e sem se saber o que pode acontecer com as obras usadas e sem qualquer controle.

Propicia uma vantagem competitiva ilegítima aos beneficiários da exceção em produzir novos conteúdos ou serviços a partir das obras cujo acesso obtiveram sem autorização e sem remuneração.